



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS E
DIVERSIDADE - DECMSD**

LUCIENE CONCEIÇÃO NASCIMENTO GERVASIO

**EXPERIÊNCIAS DE INCLUSÃO EM FORMAÇÃO: O TRABALHO
INTEGRADO (TI) NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM INTERFACE COM A
EDUCAÇÃO ESPECIAL**

SEROPÉDICA

2022

LUCIENE CONCEIÇÃO NASCIMENTO GERVASIO

**EXPERIÊNCIAS DE INCLUSÃO EM FORMAÇÃO: O TRABALHO INTEGRADO
(TI) NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM INTERFACE COM A
EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Monografia submetida ao Curso de
Licenciatura em Educação do Campo Aplicado
a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
como requisito essencial para a obtenção do
Grau de **Licenciado em Educação do Campo**.

Orientador: Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno.

SEROPÉDICA

2022

LUCIENE CONCEIÇÃO NASCIMENTO GERVASIO

**EXPERIÊNCIAS DE INCLUSÃO EM FORMAÇÃO: O TRABALHO INTEGRADO
(TI) NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM INTERFACE COM A
EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Monografia submetida ao Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade – DE CMSD Instituto de Educação Licenciatura em Educação do Campo Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Educação do Campo.

APROVADO em:

Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno/UFRRJ (orientador)

Prof. Dr. Ramofly Bicalhos dos Santos /UFRRJ

Prof^a. Dr^a. Anna Maria Pereira Esteves/UFRRJ

SEROPÉDICA, RJ

2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela dádiva da vida e por ser a minha fortaleza. Sou imensamente grata a Ele por todas as bênçãos recebidas.

A minha família, em especial, minha mãe Rosalina Conceição Nascimento, por acreditar e me incentivar nos estudos, dando-me apoio na realização e concretização deste projeto. Ao meu esposo que tanto amo, Eliseu da Silva Gervasio, pelo companheirismo e por estar sempre ao meu lado me apoiando.

Aos meus filhos Samuel Nascimento Gervasio e Raissa Elaine Nascimento Gonçalves Barbosa que são tudo em minha vida.

Ao quarteto da Rural: Rejani, Cristiane, Bruna e Marineth, razão para seguir firme no propósito desta jornada.

A minha sogra, minha cunhada e sua nora, pois elas também que me incentivaram a fazer a prova do Enem, fizeram a prova juntamente comigo, porém, só eu consegui passar. Quero agradecer por elas terem me influenciado e por terem insistido tanto para que eu fizesse a prova, pois esses estímulos permitiram minha entrada na Universidade.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno, por me orientar e me ajudar na elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos do curso, pelo carinho, amizade e companheirismo ao longo desta trajetória.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e a todos os professores que contribuíram na minha formação.

A todos da Escola por contribuírem com esse trabalho.

Enfim, meus sinceros agradecimentos aos meus amigos de longa jornada e a todos que direta ou indiretamente participaram e contribuíram para a realização deste trabalho.

Obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa trata de um estudo sobre o trabalho integrado na Educação do Campo como elemento formativo inclusivo. A pesquisa foi aplicada através de coletas de dados que ocorreram nos anos de 2018/2019, nas visitas de campo realizadas pelo grupo de trabalho Educação, Diversidade e Inclusão. A metodologia do grupo ocorreu na forma de entrevistas com professores e coordenadores do Instituto Superar e pessoas atendidas pelo mesmo, além de visitas às escolas. Essa pesquisa tem como objetivo descobrir recursos para que o estudante público-alvo da Educação Especial se encontre verdadeiramente incluído na escola e verificar o processo de inclusão do estudante público-alvo da Educação Especial, em conformidade com as políticas públicas existentes, levando em conta toda política de governo para analisar as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) dos estudantes públicos-alvo dessa pesquisa das escolas comum. Descobrimos com essa pesquisa que embora em algumas escolas o processo de inclusão em educação ainda esteja distante, todavia percebemos que houve progresso inclusivo, se levarmos em conta o tempo da segregação imposta historicamente na Educação Especial. Nomeamos nosso trabalho como teórico-crítico, essa pesquisa foi também elaborada de forma colaborativa com participação de diretoras de colégios e outros profissionais de educação. Fundamentou-se no pensamento de Theodor Adorno e também em outros autores que nos deram condição de aprofundar nossa investigação. Nosso trabalho foi resultado da continuidade dos Trabalhos Integrado (TIs), nas vastas experiências de Inclusão que obtivemos no nosso curso de Licenciatura em Educação do Campo, que nos deu condições de analisar os impactos das atuais políticas públicas de inclusão em educação sobre a escolarização do público-alvo da Educação Especial na perspectiva inclusiva, entendendo o que é o serviço do AEE. A pesquisa é um estudo de caso, que traz um processo histórico da Educação Especial dos diferentes períodos até a inclusão na educação contemporânea, com finalidade de entender qual a funcionalidade do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse estudo também tem material colhido da imersão do meu estágio pela Residência Pedagógica, na escola do Campo em Japeri- E.M. Tânia Mara da Silva Carnaval Basílio. Salientamos que, embora a jornada de inclusão em sua totalidade ainda esteja distante, percebemos que houve progressos se levarmos em conta o tempo da segregação imposta historicamente na Educação Especial.

Palavras-chaves: Inclusão; Educação Especial; Atendimento Educacional Especializado.

ABSTRACT

The present research deals with a study on integrated work in Rural Education as an inclusive training element. The research was applied through data collection that took place in the years 2018/2019, in field visits carried out by the Education, Diversity and Inclusion working group. The group's methodology took the form of interviews with teachers and coordinators of Instituto Superar and people served by it, in addition to visits to schools. This research aims to discover resources so that the target public student of Special Education is truly included in the school and to verify the process of inclusion of the target public student of Special Education, in accordance with existing public policies, taking into account all government policy to analyze the Specialized Educational Service (AEE) rooms for public students who are the target of this research in common schools. We found with this research that although in some schools the process of inclusion in education is still far away, we nevertheless realize that there has been inclusive progress, if we take into account the time of segregation historically imposed in Special Education. We named our work as theoretical-critical, this research was also developed in a collaborative way with the participation of school directors and other education professionals. It was based on the thought of Theodor Adorno and also on other authors who gave us the conditions to deepen our investigation. Our work was the result of the continuity of the Integrated Works (TIs), in the vast experiences of Inclusion that we obtained in our Degree in Rural Education, which gave us conditions to analyze the impacts of current public policies of inclusion in education on the schooling of the target audience of Special Education from an inclusive perspective, understanding what the AEE service is. The research is a case study, which brings a historical process of Special Education from different periods to its inclusion in contemporary education, in order to understand the functionality of Specialized Educational Assistance (AEE). This study also has material collected from the immersion of my internship at the Pedagogical Residence, at Escola do Campo in Japeri-E.M. Tânia Mara da Silva Basílio Carnival. We emphasize that, although the journey of inclusion in its entirety is still far away, we realize that there has been progress if we take into account the time of historically imposed segregation in Special Education.

Keywords: Inclusion; Special education; Specialized Educational Service.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Jéssica e seu Instrutor Marvin de Brito do Instituto Superar.....	31
Figura 2: Josivan em Competição de bocha.....	32
Figura 3: Dinâmica Realizada na aula da Professora Carina.....	33
Figura 4: Dinâmica Realizada na aula da Professora Carina.....	34
Figura 5: Daniela Lobo em uma roda de conversa com os alunos do curso pulsar.....	35
Figura 6: Lu Rufino palestrando sobre sua história e experiência de vida.....	36
Figura 7: Fachada da Escola Municipal Joaquim Edson de Camargo.....	39
Figura 8: Sala de Recurso Multifuncional da Escola Municipal Joaquim Edson de Camargo.....	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
2. FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA: INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO	12
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: TRAMA HISTÓRICO-POLÍTICO DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	15
2.2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DA SEGREGAÇÃO À INTEGRAÇÃO	20
2.3. UM NOVO TEMPO: DA PERSPECTIVA SEGREGACIONISTA A PERSPECTIVA INCLUSIVA	22
3. NARRATIVAS INCLUSIVAS: O TRABALHO INTEGRADO NA LEC	27
3.1. EXPERIÊNCIAS FORMATIVA NO PULSAR	28
3.2. EXPERIÊNCIA ESCOLAR: CARACTERIZANDO O TRABALHO DESENVOLVIDO NO ESPAÇO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL.	35
3.3. EXPERIÊNCIA ESCOLAR: CARACTERIZANDO O TRABALHO DESENVOLVIDO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO (COLÉGIO ESTADUAL DR. ALBERT SABIN)	41
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
5. REFERÊNCIAS	46

*"Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas.
Pessoas transformam o mundo. Sem conhecimento, o ser
humano é incapaz de interagir, de criar e até
mesmo de falar."*

Paulo Freire

1. INTRODUÇÃO

A minha motivação em escolher o tema da minha pesquisa vai além de uma formação de curso, pois tenho legitimidade na temática. Sou técnica em reabilitação (fisioterapia) e por muito tempo trabalhei com pessoas que possuem comprometimento físico, o que me aproximou desse tema, além de ter casos na família de hidrocefalia e cegueira total. Dentro desse contexto, procurei aprofundar meus conhecimentos e pude ingressar no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Inclusive, observando a matriz curricular vi que fazia parte das disciplinas que realizaria “Educação Especial”, o que foi motivo de felicidade.

Desse modo, percebi que poderia agregar conhecimentos para contribuir de alguma forma, como educadora, para superação desta sociedade que é totalmente excludente. Durante as aulas de Educação Especial e Direitos Humanos, com o professor Dr. Allan Rocha Damasceno, foi descortinado o meu interesse pela área em diversidade e inclusão. Os ensinamentos durante as aulas me fizeram pensar na multidimensionalidade que a temática da inclusão aborda. Sempre acompanhei a história da sobrinha de meu esposo que nasceu com hidrocefalia. Eu mostrava estranheza, confesso, quando me deparei com a situação, pois não compreendia o que passava, só enxergava as tensões que pairavam sobre a nossa querida sobrinha. O cenário se agravou por conta da falta de estímulo e possibilidades que lhe foram negada. Hoje, em gratidão ao meu orientador e aos conteúdos curriculares que aprendi na minha trajetória de formação, entendo que “a razão de tantos preconceitos e estranhezas é a falta do conhecimento” (COSTA, 2001, p.6).

Em contrapartida, há quatro anos sua mãe perdeu a visão. Foi a partir desses eventos que ocorreram em minha vida que me senti desejosa de entrar no GT (Grupo Temático) Educação, Diversidade e Inclusão: Direitos Humanos e Cidadania, sob orientação do Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno, que me orientou pelos “caminhos da inclusão”, dando origem à presente pesquisa.

Nosso objetivo nesta pesquisa foi debater as experiências de inclusão na educação

especial tendo o Trabalho Integrado (TI) do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEC) como instância formativa.

As experiências vividas no GT (Grupo Temático), sob orientação do professor Allan Damasceno, foram muito enriquecedoras. Posso destacar uma pesquisa de campo que fizemos na Escola Municipal Joaquim Edson de Camargo, na qual compreendi a diferença de uma escola que verdadeiramente trabalha com a proposta de inclusão. Nesta, observei a prioridade ao trabalho pedagógico com cada educando, pois assim havia maior conhecimento das demandas de aprendizagem deles. Grande foi o meu impacto ao conhecer os materiais que se utilizava para promover a aprendizagem dos mesmos.

Destaco algumas experiências novas que conheci, como o PEI (Plano Educacional Individualizado), onde o professor elabora um documento focado no desenvolvimento/potencialização do estudante. Percebemos, também, como elemento de inclusão, o agente de apoio à educação, que coopera no desenvolvimento desses estudantes público-alvo da Educação Especial, pois observamos toda uma colaboração para garantir bem estar ao estudante no período em que esteja na escola.

Uma vez que não bastam somente mudanças estruturais, organizacionais nos sistemas de ensino, o mais importante é que todos os atores envolvidos nestes sistemas tenham consciência do papel que cada um representa dentro deste novo cenário. Os gestores, os professores e os administradores precisam ter consciência da Educação e da Escola que hoje o movimento da inclusão impõe (GOFFREDO, 2007, p.78).

Inclusão implica no redimensionamento da escola, que se consiste não só na aceitação, mas na valorização das diferenças. Percebemos que os professores que procuram trabalhar com as diferentes subjetividades presentes nas salas de aula pensam no acolhimento das diferentes demandas educacionais e pedagógicas dos estudantes. Também procuram propor atividades em conjunto, promovendo o convívio, a parceria e a solidariedade, tornando a escola um espaço de todos e para todos.

Com isso, notamos que o Instituto Helena Antipoff (órgão da Secretaria Municipal de Educação do município do Rio de Janeiro) vem ofertando formação continuada, que se mostra cada dia mais necessária para que os professores possam ter/viver experiências, objetivando o aprimoramento de seus saberes e fazeres. Com isso, as habilidades adquiridas permitiriam, por exemplo, a adaptação/flexibilização do currículo no sentido de atender às necessidades especiais dos estudantes, uma vez que o professor tem um papel inquestionável no desenvolvimento da criatividade de seus alunos, observando e partindo de experiências anteriores para a solução de problemas (MARTINEZ, 2000, p.184).

Também destaco a visita ao Instituto Benjamin Constant (IBC), que trouxe o entendimento de que pessoas com deficiência visual podem e devem estar na sociedade produzindo e que ter uma deficiência não é um impedimento para se escolarizar e se inserir em diferentes espaços sociais.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994), é de “conhecimento da necessidade de se caminhar rumo à “escola para todos” – um lugar que inclua todos os alunos, celebre a diferença, apoie à aprendizagem e responda às necessidades individuais”. A inclusão está sendo construída atualmente para possibilitar a democratização da escola e a formação dos profissionais da educação na contemporaneidade. Ela, materializada em diferentes dispositivos legais, objetiva a garantia do ingresso e permanência dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas escolas públicas, denominada como ensino regular. O processo de inclusão dos estudantes em pesquisa vem fazendo com que a sociedade reflita sobre a marcha da exclusão na área educacional.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), é um serviço construído para viabilizar o acesso ao conhecimento pelo estudante que é público-alvo da Educação Especial, de modo que não venha a ser um espaço de reprodução da segregação, mas que venha potencializar os estudantes para que aprendam na sala de aula comum com outros estudantes.

Por fim, abordamos neste estudo os desafios da Inclusão em Educação, com base em autores da área, artigos, vídeos e filmes problematizamos os desafios de acesso e permanência do público-alvo da Educação Especial à escola comum. Quero também reiterar que esta monografia é resultado de trabalho de pesquisa do Curso de Licenciatura Em Educação do Campo, em três semestres do Tempo Comunidade que realizei, no qual apresentamos como Trabalho Integrado (TI) dentro da Universidade Rural do Rio de Janeiro. Esses trabalhos fomentaram ainda mais o meu interesse pela área em estudo.

“Numa democracia, quem defende ideias contrárias à emancipação, e, portanto, contrários à decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata”.

Theodor Adorno

2. FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA: INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO

A Inclusão em Educação dos estudantes Público-alvo da Educação Especial tem trazido no espaço Educacional uma gama de debates e fortes confrontos. Em vista disso, cabe ao poder público colocar em prática o que a legislação assegura como direito desses sujeitos históricos, realizando suas devidas matrículas na rede de ensino comum/regular, uma vez descortinando e promovendo a sua autonomia, aprendendo, socializando e construindo sua própria história. Diante desse princípio, se faz necessário não só matricular esses indivíduos nas escolas, mas garantir a sua permanência.

Há que se pensar na importância da formação dos professores, sobretudo em uma época em que a educação inclusiva é preconizada como essencial para o enfrentamento e superação do preconceito na escola pública e nos demais espaços sociais [...], com a finalidade de contribuir para a organização de escolas inclusivas, permitindo o acesso e permanência de alunos com deficiência, com vista à educação democrática, política e emancipadora, tanto para os professores quanto para os alunos, com ou sem deficiência (COSTA, 2011,p.51).

A demonstração de um comportamento inclusivo no ambiente escolar mostra o oferecimento de possibilidades de acesso e de permanência na escola, em vista disso, foi possível observar os professores que atuam na Sala de Recurso Multifuncional, no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a partir das experiências que obtive visitando a Escola Municipal Joaquim Edson de Camargo, onde foi feita entrevista com a diretora “Camélia”, que me relatou muitas situações e uma delas foi sobre a seleção de professores, que acontece sempre que demonstram empatia pela área em estudo, então são requisitados para dar atendimento na sala de recursos, mas antes são encaminhados para fazer o curso onde se apropriam de saberes e fazeres para trabalhar nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs). A SME (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro/RJ) oferece formação para esses profissionais atuarem com os estudantes público-alvo da Educação Especial. Deste modo, a contribuição para a conscientização dos profissionais da educação é da maior importância para o desenvolvimento da sensibilidade. Quanto a mesma, Miranda (2009 p.218) relata:

[...] dotar as escolas de infraestrutura, equipamentos e recursos materiais e didáticos pedagógicos necessários ao bom desenvolvimento das atividades escolares. Assim, deve desenvolver programas de orientação e de formação continuada dos professores na área de educação inclusiva, criar equipes para dar apoio especializado às escolas e incentivar a formação de grupos e programas de estudo na área da educação especial, contemplando questões relativas à proposta pedagógica, currículo, planejamento, avaliação e identificação de necessidades educacionais especiais, dentre outras.

Diante desse cenário, é fundamental que a oferta da formação dos profissionais da educação se torne instrumentos de reflexão e posição, para o enfrentamento das barreiras atitudinais e, principalmente, para a descontinuidade do pensamento da separação do público alvo, que são os educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Sobre esse direito, Damasceno (2010, p.25) apresenta:

[...] Esse momento histórico da educação no Brasil evidencia a singularidade de se viver a organização da escola democrática, na qual as diferenças dos estudantes sejam estímulo para os professores desenvolverem novos métodos/estratégias/meios de ensino para permitir a aprendizagem de todos.

Acredito que quando a escola entende o seu papel na inclusão, percebe que não pode desistir jamais de criar meios para ajudar esses sujeitos históricos a vencer as “barricadas” escolares. Esse termo utilizado partiu da minha realidade atual, como moradora da comunidade de Vila Kennedy, e como sabemos da realidade da Zona Oeste, no tocante a acessibilidade. Logo no início da retirada da minha habilitação, realizei alguns treinos de direção aqui no bairro, todavia, elas (barricadas) me prejudicaram tanto, que cheguei a desistir dos treinos, pois era muito difícil passar. Hoje, posso fazer um *link* com as barreiras atitudinais erguidas como impedimento para o público-alvo da pesquisa.

Faz-se necessário, para nós formandos e professores, procurar não olhar para as deficiências e sim para as possibilidades, pois são elas que trazem conquistas. Mantoan (2003 p.38) esclarece:

O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, comumente se deixa que aconteça.

Vale a pena lembrar uma frase de Paulo Freire que diz: “Se eu não estou achando a frequência precisa encontrar a adaptação do processo”. Ao longo da minha experiência na formação, percebi que em muitas vezes precisa-se desconstruir conceitos para iniciar um novo caminho, com uma trilha repleta de descobertas fantásticas e recompensadoras, rumo ao desafio da transformação do indivíduo no processo formativo.

Na visita à Escola Municipal Joaquim Edson de Camargo, notei que existe capacitação no Instituto Helena Antipoff (IHA) para os professores, o que traz um diferencial, uma vez que retornam da formação e aplicam todo o conhecimento obtido nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs). Percebi com a pesquisa que a verdadeira barreira não está na deficiência, e sim nas barreiras que impedem a sua participação. Freire (1996, p.11), destaca que “O que me interessa agora, repito, é alinhar e discutir alguns saberes fundamentais à prática educativa-crítica ou progressista e que, por isso mesmo, devem ser conteúdos obrigatórios à organização programática da formação docente”.

Desse modo, é verdade que o ambiente escolar precisa oferecer ao estudante atividades escolares que provoquem o saber pensar e saber agir frente aos conflitos desafiadores do dia a dia. Assim, Visca (1991) declara que “Conhecer verdadeiramente como o sujeito é um conceito revolucionário, no sentido de aceitar este sujeito como ele é e fazer que ele aprenda de verdade... não fazendo de conta”.

Transformar a escola em um ambiente em que a pessoa com deficiência possa trazer toda sua vivência anterior e a partir dela viver novas experiências que a façam crescer e tornar-se um indivíduo em condições de melhorar o seu mundo, pois “a aprendizagem para uma pessoa abre o caminho da vida, do mundo, das possibilidades até de ser feliz” (VISCA, 1991, p.16).

Vale a pena relatar a experiência que tive em uma Escola do Campo que estagiei pela Residência Pedagógica em Japeri, a Escola Municipal Tânia Mara. Nesse espaço presenciei que não se cumpre o Projeto Político Pedagógico (PPP), pois durante a minha atuação como estagiária na turma percebia que existiam educandos com baixo rendimento e os mesmos não tinham socialização. Nas reuniões de conselho de classe em que participava, esperava o diálogo sobre essas crianças e isso não acontecia. Ou eram aprovados pela aprovação instantânea até o 3º ano ou eram reprovados naturalmente. Nessa escola do campo tinha um professor que adotava alguns recursos pedagógicos de inclusão, tive até a oportunidade de realizar com ele uma caminhada pedagógica com objetivo de fazer uma busca da realidade do educando, mas esse professor defensor da inclusão infelizmente não tinha apoio da gestão escolar. A Escola não tinha sala de Recursos Multifuncionais (SRMs), nem acessibilidade arquitetônica.

A orientação inclusiva na Educação Especial no Brasil está presente desde a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que afirma que a Educação Especial deve abranger desde a estimulação precoce até a reabilitação profissional. A igualdade de direitos prega o respeito a todas as pessoas, aceitando a peculiaridade de cada um. Entendemos que somos todos humanos com potencialidades e dificuldades.

É necessário contribuir no diálogo acerca dos caminhos possíveis para a Inclusão em

Educação com práticas que auxiliem no processo de ensino aprendizagem do estudante público alvo da Educação Especial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96 possui um capítulo dedicado à Educação Especial e assegura que o sistema de ensino possibilita todas as condições para o atendimento às necessidades especiais por meio de currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, além de especialização adequada para que os professores sejam capacitados a promover um atendimento mais eficiente. No art. 4º inciso III se lê: “o direito ao atendimento educacional especializado ao público-alvo preferencialmente na rede regular de ensino”.

A presente pesquisa teve como objetivo:

- Revelar o potencial do Trabalho Integrado, na sua dimensão inclusiva, a partir das experiências de formação de uma licencianda do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ;
- Caracterizar o processo de inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial na escola brasileira contemporânea.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: TRAMA HISTÓRICO-POLÍTICO DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A política educacional brasileira tem conseguido, através de ampla legislação, garantir o direito à escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial na rede regular de ensino. Esse avanço teve início a partir dos anos de 1990, com a Declaração Mundial sobre Educação para todos (Jomtien/1990) e a de Salamanca, que são consideradas marcos na luta dos direitos da pessoa com deficiência.

No período do império, a população que era rural e sem escolarização foi silenciada e as pessoas com deficiência escondidas para não trazer “desconforto” à sociedade. Enquanto a educação popular foi direcionada a atender às necessidades das classes dominantes, os movimentos populares aparecem com força para cobrar educação para todos.

A organização da educação ganhou impulso e aparecem medidas iniciais para estruturar as escolas para as pessoas com deficiência.

Enquanto era possível e conveniente, os deficientes eram segregados da sociedade, ao passo que, mais tarde, a ‘defesa de educação dos anormais foi feita em virtude da economia dos cofres públicos e dos bolsos dos particulares, pois assim se evitariam manicômios, asilos e penitenciárias, tendo em vista que essas pessoas seriam incorporadas ao trabalho’ (JANNUZZI, 2012, p.5).

Com isso, a Educação Especial no Brasil teve seu início ainda que vagaroso, mas baseado no paradigma da institucionalização, com apoio Europeu.

Nessa perspectiva, a ideia de educação para as pessoas com deficiência prosperou e as instituições escolares e as classes especiais vinculadas à rede pública a partir do final do século XIX e começo do século XX tinha como meta ofertar os indivíduos com deficiência nos espaços escolares comuns dos estudantes, denominados de “normais” (PESSOTTI, 1984).

A inclusão da Educação Especial na política educacional brasileira aparece no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XX. De acordo com Mazzota (1999), onde a história se divide em dois tempos: o primeiro de 1854 a 1956 – e ocorreram com ações oficiais e particulares separadas e o segundo de 1957 a 1993- ações oficiais de âmbito nacional.

O período de 1854 a 1956 foi marcado por muitas lutas e manifestações de indivíduos e grupos organizados na intenção de conquistas e reconhecimentos dos direitos das pessoas com deficiência.

A situação da época era diferente do momento atual, pois finalizando o tempo do Império a importância da educação popular era imensa e a elite rural não se preocupava com a educação, pois se tratava de uma sociedade escravocrata, logo, a mão de obra especializada não era uma necessidade. Esse descaso não acontecia apenas com as pessoas com deficiências, todavia era uma prática comum na educação na época.

No segundo período da história, que foi de 1957 a 1993, notamos as iniciativas oficiais da esfera nacional, e políticas educacionais específicas, tendo em vista a discordância criada na diferença do que ditam as leis e a ênfase ao atendimento segregado das pessoas com deficiência.

No ano 1854, ainda no período imperial iniciou o atendimento escolar para os meninos cegos, na cidade do Rio de Janeiro no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado por D. Pedro II e atualmente conhecido como Instituto Benjamin Constant (IBC). De acordo com Mazzotta (1999, p.27), “a criação desse instituto se deu a José Álvares de Azevedo um brasileiro cego estudante do Instituto de Jovens Cegos de Paris”.

Em 1857, foi inaugurado no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, que após cem anos foi chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Importante salientar que desde seu início a referida escola caracterizou-se como um estabelecimento educacional voltado para a “educação literária e o ensino profissionalizante” de meninos “surdos-mudos”, com idade entre 07 e 14 anos (MAZZOTTA, 2012, p.29).

Passando os anos, foram criadas outras Instituições para atendimento a pessoas com deficiências, como deficiências mentais e físicas, com finalidade de ampliar o atendimento que antes era apenas dos cegos e surdos.

Em 1926 foi criado o Instituto Pestalozzi em Porto Alegre, internato especializado no atendimento das pessoas com deficiência mental. Foi por intermédio do instituto que foi incluído no Brasil a “Concepção da Ortopedagogia das escolas auxiliares” da Europa.

Inspirada na concepção da Pedagogia Social do educador suíço Henrique Pestalozzi, o Instituto Pestalozzi do Rio Grande do Sul foi “precursor de um movimento que, ainda que com divergências e variações, se expandiu pelo Brasil, e pela América do Sul” (MAZZOTTA, 2011, p.45).

A professora Helena Antipoff foi um dos nomes de maior relevância na criação da Sociedade Pestalozzi no Brasil e, dentre suas contribuições, temos a mudança do termo “retardado”, utilizado para tratar as pessoas com deficiência mental da época, para “excepcional”, além da participação no movimento que culminou na organização da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Aproximadamente no ano de 1931/1932 foram criadas no Brasil iniciativas com viés educacional para atendimento dos “deficientes físicos”. Na Escola Mista Pavilhão Fernandinho, na Santa Casa de Misericórdia, foi organizada uma classe especial. Conforme Mazzotta (1999), essas classes funcionavam como classes hospitalares e os estudantes contavam com o atendimento individualizado.

Maria Helcina Campos, ao visitar o Pavilhão Fernandinho notou que na maioria dos casos as crianças abandonavam o tratamento após receberem alta. Fundou em 1943, na cidade de São Paulo, o Lar Escola São Francisco, importante instituição especializada em reabilitação de “deficientes físicos”. As crianças atendidas por essa instituição, em sua maioria, eram órfãs e sem perspectiva.

O trabalho teve início em uma classe junto ao Abrigo de Menores e tornou-se pioneira no Brasil no campo da reabilitação, sendo reconhecida como de utilidade pública em 1956 (MAZZOTA, 1999).

Em 1950, o Dr. Renato da Costa Bonfim fundou a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), um importante centro de reabilitação no Brasil. Foi um grande passo para a reabilitação das pessoas com deficiência, embora a parte educacional ainda ficasse em

segundo plano.

Por volta de 1954 fundou-se a Associação Brasileira de Reabilitação (ABBR), por um grupo de idealistas. A instituição realizava atendimento aos deficientes físicos, mas ainda com foco na reabilitação e não educacional.

Somente por volta do século XX, após a publicação de trabalhos científicos, considera-se que o início da educação das pessoas com deficiência, nivelando o atendimento que era exclusivo dos cegos e surdos.

Os “deficientes mentais” foram a primeira instituição fundada em 1874, no Hospital Juliano Moreira na cidade de Salvador, a segunda foi a Escola México (1887), escola regular que atende “deficientes físicos e cegos”. Vale a pena lembrar que as informações sobre o atendimento das pessoas com deficiência mental neste período são insuficientes, pois desconfia-se que o tratamento era apenas de cunho médico, poucas são essas informações.

Em 1954, na cidade do Rio de Janeiro, foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), uma instituição criada por um grupo de pais com apoio de membros de associação internacional (National Association for Retarded Children). A luta dos pais e amigos das pessoas com deficiência teve muita importância para a conquista dos direitos dos mesmos, tratava-se de uma entidade particular, assistencial, de natureza civil e sem fins lucrativos (MENDES apud MAZZOTTA, 1999).

Avançando na história, em 1961 foi promulgada a Lei nº. 4.024, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). As iniciativas no contexto político educacional, essa lei trouxe em seu texto dois artigos referentes à educação das pessoas com deficiência:

TÍTULO X – Da Educação de Excepcionais

Art. 88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los à comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada, considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação e relativa à educação dos excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimo e subvenções (BRASIL, 1961).

O texto legal deixou dúvidas quanto ao atendimento ao público-alvo da Educação Especial, com brechas à dupla interpretação, sem clareza no caminho a ser seguido no atendimento às pessoas com deficiência, reafirma-se a continuidade da segregação dessas pessoas.

Em pleno período da ditadura militar brasileira, num contexto de tensões, foi promulgada

a Lei nº. 5.692/71, de reforma do ensino do 1º e 2º graus, que previu, em seu Artigo 9º, o tratamento especial aos “excepcionais”.

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971).

Em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), por meio do Decreto nº. 72.425, que tinha por finalidade melhorar o atendimento educacional das pessoas com deficiência.

No final da década de 70, iniciou no Brasil o processo de redemocratização, que sucedeu a ditadura militar. Nesse período, diferentes segmentos da sociedade participaram da luta pela democratização, dentre eles o movimento das pessoas com deficiência, que participou das discussões sobre políticas públicas nos setores da saúde, da educação, do trabalho e do lazer, entre outros.

Neste momento, a Educação Especial passou por inúmeras reestruturações administrativas e uma das primeiras ações do Governo foi a criação de campanhas voltadas para o público “excepcionais” como eram chamadas as pessoas com deficiência na época. A finalidade das campanhas era promover no território nacional educação, reabilitação, assistência educacional e treinamento.

A organização de congressos internacionais foi muito importante para discussão dos movimentos criados em favor das pessoas com deficiências. Segundo Soares (2010), as manifestações a nível internacional e nacional impulsionaram a mudança do olhar da sociedade para as pessoas com deficiência, entendendo que eles possuem os mesmos direitos perante a lei.

Após diversos acontecimentos em prol da inclusão, houve a organização de congressos internacionais. O resultado foi a promulgação de documentos importantes para a conquista de todas as pessoas, com deficiência ou não. Também vale a pena lembrar que o Estatuto da Criança e do Adolescente do mundo em relação aos seus princípios, adequado ao texto da constituição da República Federativa do Brasil traz um maravilhoso tempo de possibilidade, tem tempos mais democráticos.

Finalmente, a partir do final da década de 90 é que surge a inclusão, alertando a sociedade que ela precisa preparar-se para incluir a pessoa com deficiência no convívio coletivo, afastando as barreiras que impedem o acesso ao espaço social comum.

2.2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DA SEGREGAÇÃO À INTEGRAÇÃO

O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo por volta dos anos 90, em concordância com a Declaração de Jontiem, mostrando consonância com os princípios realizados em Salamanca, na Espanha (1994), na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso a Qualidade, afirmando a inclusão como um avanço em relação aos sistemas organizacionais educativos que ainda mantinham o enfoque da Educação Especial centrado na abordagem médico-terapêutica e a institucionalização da escolarização dos estudantes com deficiência, ainda realizada em escolas especiais. Ou seja, em vez de focar na deficiência, o foco agora se voltava à escola e suas condições de ensino.

Sabemos que um professor sozinho pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos colocam em jogo. Por esse motivo, a constituição de uma equipe interdisciplinar, que permite o trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento, é fundamental para compor uma prática inclusiva junto ao professor. É verdade que propostas correntes nesta área referem-se ao auxílio de um professor especialistas e a necessidade de uma equipe de apoio pedagógico (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p.9).

Como podemos observar, a política educacional brasileira tem garantido, por meio de leis e decretos na educação escolar, o direito de todos os estudantes público-alvo da Educação Especial se escolarizar na rede regular de ensino, com a complementação de suas demandas pedagógico-educacionais por intermédio do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Vale a pena ressaltar que o acesso e permanência é uma questão da efetivação e cumprimento das políticas públicas pois a promoção e proteção da acessibilidade prevista na lei federal nº 10.098/2000 (BRASIL, 2000), que estabelece as normas e critérios básicos de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e a aplicação se dá em todos os espaços de convivência social, educativa e profissional.

De acordo com o exposto, tais aspectos também são determinantes para que a permanência desses estudantes do público-alvo da Educação Especial seja de maneira mais harmônica e produtiva, promovendo o desenvolvimento dentro do ritmo e possibilidades delas (AMORIM; YAZLLE; ROSSETI; FERREIRA, 1999).

A Constituição Brasileira de 1988 garante o acesso ao ensino, e deixa claro que a criança com deficiência deve receber atendimento especializado complementar, de preferência dentro da escola.

Art.205. A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da

pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL,1988).

O texto da referida política da Educação Especial é parte da proposta pedagógica da escola comum/regular, diferente do assistencialismo que resultou do olhar de impotência e incapacidade total do sujeito saindo do entendimento de que esse indivíduo é capaz de aprender e desenvolver social e culturalmente.

Nesse processo, o educando toma posições que influenciam além do círculo íntimo de suas relações como também em suas obrigações coletivas, de maneira que sua atividade determinará o seu papel social, sua posição na vida, como seu futuro na sociedade. Entender o indivíduo como um ser histórico, cultural e social é estabelecer a verdadeira inclusão, promovendo acessibilidade e oportunidade como direito de todos com base nas leis e suas diretrizes.

[...] o comportamento torna-se social e cultural não só em seu conteúdo, mas também em seus mecanismos, em seus meios. Ao invés de memorizar imediatamente algo de particular importância, o ser humano desenvolve um sistema de memória associativa e estrutural; desenvolvem-se a linguagem e o pensamento, surgem as ideias abstratas e criam-se inúmeras habilidades culturais e meios de adaptação – em consequência do que o adulto cultural surge em lugar do adulto primitivo (VYGOTSKY; LURIA, 1996, p.179-180).

Deste modo, é necessário existir equiparação de oportunidades e continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino. As diretrizes legais corroboram com a ideia da “garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades dos estudantes, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas” (BRASIL, 2010b, p.16).

O educando toma posse das novas representações do mundo em que a cerca, logo entendemos que a segregação, não constrói saberes. Nossa pesquisa enfatiza o quanto o Atendimento Educacional Especializado (AEE) traz possibilidades aos estudantes.

O sistema de inclusão em educação, que também é o direito à diversidade e, implementado em 2003 pelo MEC e apontado com base em conjunto de sugestão da UNESCO (1993), pretendendo a transformação dos sistemas inclusivos, com muitas ações para essa redefinição; o Decreto nº 5.296 de 2004, que regulamentou as leis nº 10.048, de novembro de 2000, que deu prioridade de atendimento às pessoas com necessidades específicas e a nº 10.098, de dezembro de 2000, que estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida, trazendo outras providências; e ainda o plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), de 2007, que entre várias medidas, estabelece metas para o acesso e a permanência no ensino comum regular dos

estudantes com deficiência.

Notamos, com base nas informações de pesquisa realizada, que tiveram avanços consideráveis, se referindo a concepção de educação segregada, existente com maior percepção nos primeiros movimentos de inclusão escolar como direito dos estudantes com deficiência. Entretanto, vale destacar que esses avanços não são contínuos, nem livres de embates e tensões no Brasil.

Defendemos o conceito de inclusão em educação, no qual a escola é um direito humano, que se opõe a toda e qualquer forma de marginalização, segregação e exclusões. Além disso, tem como pressuposto pensar na superação dos processos de barbáries presentes na escola historicamente falando. A Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva de Educação Inclusiva (SEESP/MEC, 2008), a portaria Ministerial nº 555, (p.8) aborda:

Transversalidade da Educação especial desde a educação infantil até a educação superior, atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissional da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação, e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

A política em destaque, é enfática na afirmação que a Educação Especial é incluída no Projeto Pedagógico da Escola (PPE) realizando o atendimento às necessidades específicas dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

2.3. UM NOVO TEMPO: DA PERSPECTIVA SEGREGACIONISTA A PERSPECTIVA INCLUSIVA

A nossa proposta de pesquisa é trazer uma práxis/reflexiva, para nós futuros professores, onde eu, particularmente como formanda, percebi que se faz necessário proporcionar aos educando público-alvo da Educação Especial, um ambiente social estimulador, livre de segregação e que não reforce as suas limitações, mas desafie o desenvolvimento e a aprendizagem.

Vivian Alt. (2015, p.1) descreve que “o preconceito exclui pessoas com deficiência, mas a educação é a chave para mudanças”. Lamentavelmente, o estímulo para a contemplação da inclusão em educação em parte não se cumpre, pois, vivemos e habitamos num país Brasil, onde

o preconceito ainda é latente. Entretanto, se existir uma educação inclinada para a emancipação, o cenário se transformará: “O direito à educação escolar de todas as pessoas, inclusive aquelas que possuem algum tipo de deficiência, compreende as dimensões de matrícula, permanência, acesso ao currículo, participação social e formação humana” (SÁ; CAIADO, 2015, p.116).

A primeira experiência sobre a educação e inclusão em minha formação se deu no primeiro trabalho que realizei na Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde estava cursando o sétimo 7º período, sob orientação do professor Dr. Allan Rocha Damasceno. Fizemos uma pesquisa e visitamos algumas escolas e até mesmo o Instituto Benjamin Constant (IBC).

Partindo do pressuposto da temática da inclusão em educação, que tive na trajetória de minha formação, investigamos tantos assuntos e ensinamentos maravilhosos sobre equidade e outras falas sobre humanidade, filmes, com estudo dirigido, dentre outros veículos de reflexão na perspectiva da inclusão.

Uma vez que não bastam somente mudanças estruturais, organizacionais nos sistemas de ensino, o mais importante é que todos os autores envolvidos nestes sistemas tenham consciência do papel que cada um representa dentro deste novo cenário. Os gestores, os professores e os administradores precisam ter consciência da Educação e da Escola que hoje o movimento da inclusão impõe (GOFFREDO, 2007, p.78).

Nesse contexto, compreender a situação que abrange os diversos graus da acessibilidade (arquitetônica, curricular ou didático-pedagógica) é contemplar a opinião de uma educação para a emancipação.

A educação é uma modalidade de ensino que perpassa todo o nível, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns de ensino regular (BRASIL, 2008, p.5).

Essa pesquisa também se desenvolveu por intermédio de entrevistas com os professores, monitores e gestores que atuam na área de Educação Especial. Percebi como o poder público tem pensado na promoção do processo de exclusão destes, pois notei imensas tentativas de retiradas de direitos e haja vista que não são apenas de pessoas com deficiência, e sim de todos educandos. No viés de entrada e permanência da escola, que me refiro, problematizamos as atribuições do poder público e temos alguns dispositivos legais que são estruturantes para afirmar a inclusão na educação de todos.

(...) assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de Educação

Especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da Educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica nos transportes, no mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p.14).

Notamos que a Educação Especial transversaliza outros níveis e modalidades de ensino além de ser extremamente importante, porque a pessoa com necessidades pode estar numa escola pública aprendendo, socializando, construindo, evoluindo e se necessário frequentar uma atividade educacional especializada onde ela poderá avançar nos seus processos de aquisição de conhecimentos necessários para que ela esteja nas salas de aulas com outros estudantes “sem necessidades específicas”, tendo oportunidade no acesso ao conhecimento, e nesse sentido é de importância ressaltar que a educação especializada não substitui a educação comum e nossa constituição é clara nesse quesito.

Embora a LDB tenha sofrido muitas modificações, o seu capítulo V declara que o público-alvo da Educação Especial deve frequentar a escola e, no seu contraturno, frequentar o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Também temos a convenção de 2006 que fala sobre o direito das pessoas com deficiência, afirmando que “reconhecem a dignidade e o valor inerentes e os direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana como o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”.

A tridimensionalidade da inclusão, orientada pelas políticas, culturas e as práticas na perspectiva da inclusão, possibilita aos indivíduos o resgate aos direitos que lhe foram negados em seus processos formativos, profissionais, culturais, políticos e entre outros. De acordo com Santos (2003, p.4):

[...] Inclusão não é a proposta de um estado ao qual se quer chegar. Também não se resume na simples inserção de pessoas deficientes no mundo do qual têm sido geralmente privados. [...] Ela é uma luta, um movimento que tem por essência estar presente em todas as áreas da vida humana como, por exemplo, saúde, lazer ou educação.

A nossa pesquisa busca revelar o potencial do Trabalho Integrado na sua dimensão inclusiva a partir das experiências de minha formação, na qual observei os avanços nos direitos da pessoa com deficiência. Nesse sentido, a política educacional brasileira tem conseguido, através de leis e decretos, garantir o direito à escolarização dos estudantes do público-alvo da Educação Especial na rede regular de ensino. Também nos propomos a investigar a formação dos professores atuantes em Salas de Recursos Multifuncionais, espaço onde ocorre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), e da gestora da Coordenação de Educação Especial vinculada à Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro/RJ, o Instituto Helena

Antipoff (IHA). Desse modo, as concepções desses profissionais sobre suas formações são cotejadas aos impactos das políticas públicas de educação inclusiva na perspectiva da Educação Especial.

Os debates estruturais de nossa pesquisa estão associados a como se dá o procedimento da sala de recursos e aos aspectos do processo formativo dos profissionais da educação (todos componentes escolares) para a inclusão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial, analisando entender o que é o serviço do Atendimento Educacional Especializado.

Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças (MANTOAN, 2003, p.14).

O desejo do educando é ser dono de seus atos e o papel do educador é possibilitar objetos, materiais e deixar que eles explorem esses elementos, pois acredito ser nessa busca que estes vão sentir sua importância. Nessas condições, o incluir se torna autêntico.

Transformar a escola em um ambiente onde o deficiente possa trazer toda vivência anterior e a partir dela viver novas experiências que a façam crescer e torna-se um indivíduo em condições de melhorar seu mundo, pois “a aprendizagem para uma pessoa abre o caminho da vida, do mundo, das possibilidades, até de ser feliz” (VISCA, 1991, p.16).

O artigo 58 da Lei n.9.394/96, particularmente o parágrafo 2º, garante às classes escolas ou serviços especializados quando não for possível a integração desses alunos nas classes de ensino regular, como se demonstra no Art. 58 “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

Durante as experiências como estudante do curso de licenciatura em Educação do Campo, juntamente com a vivência das pesquisas realizadas ao longo do curso, percebi nas escolas com ‘propostas inclusivas’, que se agigantam os obstáculos identificados na organização da escola democrática.

No entanto, entende que o professor que atua no atendimento Educacional Especializado deve ser profissional que atua no Atendimento Educacional Especializado deve ser profissional que se ocupa como se fosse agente direto e colaborativo com o espaço escolar, pensando, dialogando, e propondo ações que precisam ser criadas e/ou ampliadas na direção da aprendizagem e desenvolvimento do aluno em questão (OLIVEIRA,2008 p.14).

Nessa mesma perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) lei 9.394/96, em seu inciso III, preconiza que a educação escolar pública é dever do Estado, e será efetivado mediante a garantia de “[...] atendimento educacional especializado gratuito aos

educandos com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996).

Dessa forma, o atendimento educacional especializado (AEE) é fruto da nova visão da Educação Especial e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos estudantes do público-alvo da Educação Especial.

“(...) a educação tem sentido unicamente como educação dirigida uma autorreflexão crítica.”

Theodor Adorno

3. NARRATIVAS INCLUSIVAS: O TRABALHO INTEGRADO NA LEC

Na LEC, também denominada Pedagogia da Alternância, realizamos um trabalho integrado, no qual apresentamos trabalhos a cada semestre e temos um tempo no espaço escolar e um tempo na comunidade. Durante o tempo que saímos da Universidade para a comunidade (tempo comunidade), fazemos pesquisa de campo onde investigamos os temas escolhidos, com o acompanhamento do orientador.

Essa Pedagogia da Alternância surgiu com o intuito de que os filhos dos camponeses pudessem estudar sem deixar de contribuir com a família no campo, uma vez que poderiam passar um período na escola e outro em casa. Além disso, poderiam seguir auxiliando nos trabalhos no campo, contribuindo com a Sucessão Familiar, ou se inserir mais rapidamente no mercado de trabalho. Essa metodologia é diferenciada, permite um equilíbrio entre teoria e prática desde o primeiro semestre do curso e oportuniza ao estudante conciliar sua formação acadêmica com o trabalho urbano ou rural.

O termo “Pedagogia” se refere à troca de saberes e aprendizagem entre os estudantes e seus formadores, enquanto “Alternância” à oferta de uma carga horária flexível, que alterna entre períodos de imersão e experiências de vida. Temos atividades teórico-práticas que são desenvolvidas pelos seus formadores em um modelo processual de avaliação. E temos também um grupo temático a cada semestre produzindo experiência, engajamento e participação coletiva.

A preocupação da Alternância é com a formação e com o aprendizado do educando, utilizando ferramentas para contribuir com o desenvolvimento de seus conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções. O Projeto Teórico-Prático, a interdisciplinaridade, leituras, resolução de problemas reais e o enfrentamento de desafios para tornarmos capaz de desenvolver a postura investigativa, sua análise crítico-reflexiva, curiosidade e criatividade, pois são algumas das ferramentas avaliativas que auxiliam no seu processo de construção do conhecimento.

No GT Educação, Diversidade e Inclusão: Direitos Humanos e Cidadania, visitamos

várias instituições. Também realizei um curso de extensão pelo GT denominado Pulsar, que foi uma qualificação profissional para atuação inclusiva na área da educação, esporte e saúde. O projeto é voltado para profissionais que queiram se capacitar e se tornar multiplicadores de conhecimento em educação inclusiva, acessibilidade, paradesporto, inclusão, diversidade, legislação para PcDs, saúde, e bem estar. Além de termos acesso a visitar o instituto Pulsar, realizamos o curso que aconteceu na Universidade Rural do Rio de Janeiro.

Ante o exposto, nos direcionamos mais especificamente sobre as experiências, histórias de vida e narrativas do que pude vivenciar a partir das possibilidades do tempo comunidade no GT Educação, Diversidade e Inclusão: Direitos Humanos e Cidadania.

3.1. EXPERIÊNCIAS FORMATIVA NO PULSAR

O curso Pulsar teve carga horária de 60 horas, realizado aos sábados das 8 às 17 h. Foi realizado a partir da parceria entre o Instituto Superar, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a Câmara Alemã, e a Universidade de Colônia da Alemanha. Essa parceria fomentou debates onde pudesse refletir sobre as barreiras impostas pela sociedade, de maneira a discutir a diversidade humana e também deficiência. O pulsar é uma formação voltada principalmente a promover inclusão de vários aspectos como: inclusão escolar, social, cultural, no esporte, enfim, no mundo e sempre levando em conta o processo excludente que se apresenta em toda parte da nossa sociedade.

Foi maravilhoso esse curso, pois nos deu condições de mergulhar ainda mais nesse caminho da inclusão, entendendo a deficiência como característica humana e a importância de se apropriar dos dispositivos legais e suas diretrizes. Também conheci Josivan Peixoto, que teve paralisia cerebral, que causou uma distrofia muscular e limitou os movimentos dos braços e das pernas. Atualmente é o único atleta no País a lançar as Bochas com os pés pelas costas.

Tudo começou e mudou em sua vida a partir do momento em que descobriu que poderia mesmo com sua deficiência física praticar Bocha Paraolímpica, modalidade esportiva que tem como objetivo lançar bolas ou bochas o mais perto possível do alvo. Hoje, é conhecido como “Escorpião”, pela forma como lança e arremessa a bocha. Seus Títulos são: Campeão dos Jogos Paradesportivos 2012, Campeão do Aberto de Bocha 2013, Campeão da Copa Bocha 2013 e muitos outros.

O Instituto Incluir, citado anteriormente, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com sede no Rio de Janeiro e ações em várias cidades do Brasil, ressalta a transformação social e promove relações interculturais através de parcerias que discutem acessibilidade e diversidade ao redor do mundo.

Segundo seus administradores, o Instituto tem ainda como base, contribuir para uma sociedade mais justa, mais igualitária e menos preconceituosa, sem negligência da liberdade dos indivíduos e suas diferenças em atuar como empreendedores sociais. A organização promove treinamentos para empresas, palestras motivacionais, oficinas sensoriais, consultoria em acessibilidade, gestão em projetos e capacitação profissional. Investe na inclusão social através do esporte e da educação. A entidade oferece, gratuitamente, esporte adaptado e orientado por profissional de Educação Física especializada em paradesporto, além de atendimento nutricional e psicológico.

Tivemos palestras com professores e segundo a Professora e Doutora em Educação Física Márcia Campeão, a prática de exercícios físicos é de grande importância para a saúde, por isso as pessoas com deficiência física estão presentes em várias modalidades esportivas.

O exercício físico, juntamente com a prática regular de esportes tem o poder de dar mais força à pessoa com deficiência, melhorando a circulação sanguínea e o fôlego. Além do mais, exercitar-se faz com que o cérebro libere endorfina o que resulta em sensação de prazer e alegria.

Conheci neste curso Jéssica Oliveira, que com 4 anos contraiu uma doença chamada psoríase que deixa o corpo todo marcado como uma micose, com várias placas vermelhas. Aos 8 anos a doença estava por todo o seu corpo. Aos 10 contraiu meningite meningocócica, passou 1 ano e 2 meses internada, parte da perna e do braço tinha sido necrosada, foi necessário amputar os dois membros. Fez vários enxertos, até que um dia recebeu a notícia de que deveria amputar o outro braço e a outra perna. Mesmo passando por todo esse processo, ela seguiu em frente.

Assistindo aos jogos olímpicos, mais precisamente à natação adaptada, percebi que vários atletas tinham membros amputados. Jéssica, por exemplo, conheceu o Projeto Superar e se descobriu no esporte.

Diante da história de vida da Jéssica podemos afirmar que o olhar para a pessoa com deficiência mudou.



FIGURA 1: Jéssica e seu Instrutor Marvin de Brito do Instituto Superar



FIGURA 2: Josivan em Competição de bocha

O Curso Pulsar na UFRRJ, nos trouxe outro olhar sobre a pessoa com deficiência. Tivemos uma aula ministrada pela Professora Carina. Vale a pena lembrar que em um desses dias de curso a professora realizou uma dinâmica muito valiosa, inclusive, acredito ter sensibilizado a muitos e produzido alteridade. A dinâmica funcionava de forma que tínhamos que andar com olhos vendados, por um determinado espaço da universidade no Instituto da Educação (IE) tendo uma pessoa nos guiando, circulamos bastante e passávamos sem nos atentar a todos esses obstáculos com isso nos deu a oportunidade de compreender o quanto é difícil para essas pessoas ser autônomo em um lugar com tantas barreiras. Foi possível vivenciar as dificuldades encontradas pela pessoa com deficiência. O relatório foi: muitos degraus, no qual dificulta a circulação, banheiros não adaptados, falta informação em Braille, piso tátil, entre outros.

Detectado esses problemas, passamos para a atual Diretora do Instituto, Professora Ana Cristina, que recebeu com muita atenção nossas solicitações. Informou-nos que somente no mês de agosto virá uma equipe a mando do Reitor, para analisar tais problemas e daí sim, abrir licitação para resolução desses problemas, que só a partir de 2020 terão início às obras de adaptação e acessibilidade.

Porém, a Diretora nos informou que pretende fazer essas adaptações para o uso do espaço até que venham oficialmente as reformas.

Os problemas são:

1. Rampa de acesso para usuário de cadeira de rodas;
2. Adaptações dos banheiros, sanitários e chuveiros para usuário de cadeira de rodas;
3. Adequação da altura do Micro-ondas do corredor;
4. Piso tátil para guiar o aluno com deficiência visual até o bebedouro, banheiro e outros espaços;

A UFRRJ possui no seu *campus* um total de 25 prédios e somente o PAT foi pensado para a inclusão, e mesmo assim existem algumas falhas na construção. Esperamos que, com as adaptações previstas pela Diretora Ana Cristina, possamos nos tornar exemplo para os outros prédios dentro da UFRRJ. Então, temos a agradecer ao Pulsar por este maravilhoso curso, onde nós estudantes ganhamos o maior embasamento para que possamos trabalhar a Inclusão.



FIGURA 3: Dinâmica Realizada na aula da Professora Carina



FIGURA 4: Dinâmica Realizada na aula da Professora Carina

Um dos temas abordados no curso Pulsar foi “Aspectos sociais da pessoa com deficiência e a legislação vigente”, com a jornalista Daniela Lobo, que deu uma brilhante palestra. A jornalista trouxe como convidados a palestrante Lu Rufino, seu filho João e a pequena escritora Maria Eduarda, que escreveu o livro “Meu amigo autista”.

Daniela Lobo é jornalista, escritora, professora, atriz e especialista em inovação de gestão pública. Iniciou sua carreira como professora dando aulas para alunos do Ensino Médio e para o Ensino Superior, já trabalhou em jornais como editora, na TV já passou pelo SBT e rede Record atuando como repórter e foi editora do programa de “Carreira e Sucesso” e responsável pela filial baixada fluminense da Record. Atuou como repórter na TV espanhola ISB nos jogos Pan americanos de 2007, em 2016 nas paraolimpíadas trabalhou como Manager na OBS TV espanhola, fez diversas matérias para o canal FUTURA, TV justiça. Foi palestrante de políticos e profissionais da área da saúde.

Criou o programa Educação para TV Alerj com vários temas por meio de bate papo com especialistas, famílias e personalidades, no qual é o único programa do Brasil que fala sobre os processos de aprendizagem. Tem um projeto de “Histórias que Ensinam” com vídeos, discussões sobre diversos assuntos e seu livro “O ano das flores”.



FIGURA 5: Daniela Lobo em uma roda de conversa com os alunos do curso pulsar

Já a palestrante Lu Rufino desde criança teve paixão pelo esporte e foi através dessa paixão que teve muitas vitórias. A partir das oportunidades como atleta, conseguiu realizar seus sonhos, abrir as portas para seu sucesso e ter suas conquistas pessoais e profissionais, sendo a primeira brasileira campeã de jiu-jítsu e com esse título ganhou sua primeira bolsa de estudos para cursar pedagogia. Em seguida, fez especialização em Psicopedagogia, começou a trabalhar com pessoas com deficiência, foi professora e supervisora da fundação Xuxa Meneghel por cinco anos. Lu tem orgulho de ser uma acumuladora de diplomas com cerca de 60, entre cursos,

graduações e palestras. É uma ativista dos movimentos sociais de PCDs, administra projetos sociais com crianças em comunidades carentes.

Lu é um exemplo de superação e é orgulhosa de ser uma usuária de cadeiras de rodas e que apesar de todas as dificuldades que a vida lhe impôs, pelo fato de ter uma deficiência física nunca deixou se abalar pelas dificuldades e sempre foi em busca dos seus sonhos e conquistá-los, tentando viver uma vida normal, mesmo tendo que lidar com os fatos da exclusões que a sociedade tenta lhe impor, luta sempre pelos direitos e não abre mão de nenhum fazendo valer por onde passar em diversos ambientes, exige que sejam cumpridos desde aquele pequeno restaurante sem acessibilidade aos lugares mais renomados e em todos os espaços públicos que todos têm o direito mínimo de acessibilidade de ir e vir onde quer que seja.



Figura 6: Lu Rufino palestrando sobre sua história e experiência de vida

Lu Rufino é uma pessoa pública, campeã mundial nas paraolimpíadas e uma influenciadora. Realiza palestras e entrevistas em vários países para jornais e programas de TV, sempre com alegria e simpatia contagiante contando sua linda história de vida e que teve muitas dificuldades, sendo excluída de vários lugares, mas venceu todas as suas batalhas, e uma verdadeira fonte de inspiração para todos nós.

Nesse sentido, esse trabalho Integrado da LEC nos forneceu experiências inclusivas de base formadora, pois o curso Pulsar que trouxe as diversas discussões da problemática referente à inclusão social da pessoa com deficiência física, trabalha dentro dos dispositivos legais, assegurando direitos desse público alvo. Essa experiência me fez ter outras dimensões de pensamento e ampliar minha visão sobre o processo de humanização, além de aprender um pouco melhor em como lidar com a diversidade humana e as particularidades de cada um. Nesse

caminho da inclusão, entendemos a deficiência como característica humana, além de compreender que precisamos buscar construir com nossas ações uma sociedade mais solidária e menos excludente. Após passar por essas experiências da LEC, compreendemos a necessidade de reforçar o cumprimento das políticas públicas e suas diretrizes, para esses sujeitos terem seus espaços respeitados como direito.

No tocante é bem verdade que até a empregabilidade desse público em estudo ainda caminha a passos largos. Ademais, o preconceito continua perverso, pois é raro encontrar esses sujeitos ocupando o espaço numa recepção, por exemplo, e muitas vezes são empregados só para cumprimento da lei. Dessa maneira, esclarece Mantoan (2003, p.14): “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para cidadania global, plena, livre de preconceito e reconheça e valorize as diferenças!

Dessa maneira, entendemos que existe uma proposta de mudança. Neste aspecto, se apresentam à luz das experiências de inclusão em formação com base no elemento formativo inclusivo que, a escola precisa se encontrar disposta ao enfrentamento dos desafios e não continuar da maneira atual, permanecer a conservar o reflexo do passado para futuro, perpetuando assim a segregação. Precisamos nos desconstruir para iniciar um novo caminho de possibilidades.

3.2. EXPERIÊNCIA ESCOLAR: CARACTERIZANDO O TRABALHO DESENVOLVIDO NO ESPAÇO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL.

A inclusão dos estudantes do público alvo da educação especial acaba gerando uma nova organização escolar, com demandas e redefinições de competências e responsabilidades no processo de ensino-aprendizagem e nas práticas pedagógicas. Além de ser uma forma de enfrentar as barreiras do preconceito e discriminação tão operante na sociedade que os percebem como pessoas incapazes.

Com relação à permanência desses estudantes, percebe-se que manifestação da inclusão precisa se concretizar de fato, pois sabemos que estes estudantes já estão no espaço escolares há décadas, porém estes acabam sendo invisibilizados pelo processo de exclusão, uma vez que

precisam se uniformizar aos critérios estabelecidos pela sociedade para conquistar este espaço.

A importância da práxis – teoria e prática - é fundamental para estimular as práticas pedagógicas que estão sendo exercidas no contexto da sala de aula e no atendimento educacional especializado (AEE). Com base nesta compreensão, não se trata apenas do domínio de atividades mecanicistas sincronizadas por meio de técnicas/metodologias, se não obtiver o experimento de si próprio para refletir as experiências externas, pois, sem uma base consolidada na experiência, é impossível erigir uma qualificação no nível da reflexão, pois pensar é o mesmo que fazer-se experiências transparentes em sua finalidade humana.

Deste modo, Damasceno e Costa (2012, p. 19) pensam que: [...] é possível se pensar uma práxis educativa resultante do permanente exercício intelectual crítico, a qual se contraponha à “indiferença frente ao objeto” e oportunize, isto sim, a constituição de uma dimensão humana e pedagógica para além do círculo de mercadoria, do reprodutivo, do privado, da mesmice e da modelagem educacional. Ao possibilitar a formação do professor nessa perspectiva, vislumbra-se a resistência à segregação na escola pública imposta aos alunos com deficiência. Este é, dentre outros, um desafio à implementação das políticas públicas educacionais para a inclusão escolar.

Neste momento, falaremos da pesquisa que realizamos que foi direcionada para busca de informações concretas sobre a estruturação do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Deste modo, analisamos as concepções desses profissionais sobre suas formações cotejadas aos impactos das Políticas públicas de educação inclusiva na perspectiva da Educação Especial sua efetivação nas escolas e institutos. É importante analisar que as políticas são desafios postos à organização da escola democrática no tempo atual, superando as barreiras que estão presentes neste processo.



FIGURA 7: Fachada da Escola Municipal Joaquim Edson de Camargo

Iniciaremos com a escola Municipal Joaquim Edson de Camargo, apresentando um relato atual colhido em julho 2018 da diretora Camélia (nome fictício) que nos permitiu compreender o processo de inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial. A diretora exercia na época a função há três anos na unidade, realizando um trabalho bem interessante de inclusão. Relata ter empatia pela modalidade em estudo e sua formação é em língua inglesa. A diretora Bárbara relata:

Obtivemos muitas conquistas, todos componentes da escola são receptivos e acolhem as diferenças, alguns ainda expressam estranheza. Todavia, procura vencer através de reflexão e prática. Com o trabalho feito, a diretora junto com a maioria dos componentes da escola, em sua maioria, vem se mostrando profissionalismo e equidade e com relação ao processo de Inclusão, procuro oferecer atendimento de qualidade para os alunos incluídos, assistindo como prioridade inclusive as Salas de Recursos, além de, formação em serviço e rede de atendimento. Ainda que, se enxerguem impotentes diante das barreiras que são postas, mas, entendem que o universo da Inclusão é um processo que se constrói em larga escala, todavia nós enquanto sujeitos da educação estamos engajados nessa proposta de inclusão.

Notamos que diante da impotência de transformação coletiva, as ações isoladas buscam operacionalizar os dispositivos legais, o qual permite que os direitos do indivíduo sejam assegurados, sabemos que é um desafio imenso alguns elementos estão estabelecidos, outros ainda necessitam de investimentos político, social e financeiro de maneira urgente.

Desse modo, vemos que a aclamada inclusão dos estudantes caracterizados como

pertencentes à modalidade Educação Especial difundiu uma nova organização escolar, com novo olhar, e redefinições de competências e responsabilidades no processo de ensino aprendizagem e nas práticas pedagógicas. Entretanto, essa redefinição dá luz a uma nova maneira de enfrentar as barreiras do preconceito e discriminação tão viva na sociedade que os visibilizam como pessoas fracassadas.

[...] espaço das identidades em movimento, o que pressupõe uma constante discussão sobre as diferenças que permeiam o universo escolar, assegurando um modo novo de existência do pluralismo étnico-político-econômico-cultural. (PARÁ, 2008b, p.2)

Quanto à formação docente/especialização dos professores, a diretora relatou que:

Quando identificamos no professor o interesse pela área, são requisitados para dar atendimento na sala de recursos, mas antes é encaminhado e liberado para fazer o curso de especialização no instituto Helena Antipoff, que é vinculado à secretaria Municipal de Educação.

A educação tem como proposta proporcionar a todos as mesmas oportunidades de aprendizagem. As pessoas com deficiência necessitam da mesma vivência mesmo com as limitações apresentadas pelas deficiências e seus movimentos serem mais lentos ou diferentes.

É necessário que a escola observe tanto as necessidades de cada criança como as potencialidades. Desse modo, prioridade atendida e potencialidades exploradas. A diretora Bárbara afirma que:

Os professores retornando ficam com regime de matrícula da sala de recursos ou dupla regência, atendem nos dois horários além de receberem estudantes com necessidades especiais de outras escolas, exceto aqueles com deficiência física pois a escola não tem acessibilidade arquitetônica, mas uma vez recebendo encaminha para outra escola dentro da comunidade mesmo.

Os professores, principalmente, e outros profissionais ligados na área da educação enfrentam o desafio da inclusão, o que não poderia ser assim, pois na verdade a etapa da adaptação a essa nossa realidade já deveria ter sido superada. As escolas deveriam estar adequadas às necessidades de todos os alunos que necessitam dessas adaptações, haja vista que o público-alvo da Educação Especial representa a minoria dentro das escolas.

Desse modo, vale lembrar que a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), já tenha previsto para crianças e adolescentes com deficiências direitos e deveres, destacando que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Art.227.

§ 1º - O estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo

os seguintes preceitos:

[...] II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos (BRASIL, 1988).

Existem muitas adaptações a serem feitas para favorecer as crianças com deficiência. Com relação à acessibilidade, a realidade é que muitas escolas brasileiras infelizmente apresentam obstáculos à inclusão, são muitas barreiras encontradas dificultando o acesso e permanência destes indivíduos no espaço escolar. De acordo com o relato da diretora:

No momento, junto às salas de ensino regular, dispõe de três mediadores e um agente de apoio, na qual essa concursada também exerce a função pedagógica, além de auxiliar na assepsia e na refeição. A escola dispõe de uma verba do governo Federal o PDDE (Programa Dinheiro Direto Da Escola) o recurso é anual, é direcionado para em muitas vezes para ajuda de passagens para os pais estarem se deslocando até a escola com propósito de aproximação além do ambiente familiar favorecer no avanço dos estudante, e também para dar continuidade de alguns trabalhos importante em casa com os atores históricos e reforço que essa parceria tem contribuído muito para o desenvolvimento desse público alvo da educação especial. Temos também uma estrutura de avaliação pedagógica, que em muitas vezes o Instituto Helena Antipoff (IHA) dá o laudo, Não existente para especificidade (NE), e nós reconhecemos a necessidade, avaliamos e nós mesmos encaminhamos e percebemos o desenvolvimento do educando.

Vale a pena lembrar que o Instituto Helena Antipoff (IHA) teve muita importância na materialização dos direitos desse público-alvo da Educação Especial. Vejamos a fala da diretora Bárbara:

Temos o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) documento elaborado pelo professor a partir de uma avaliação do estudante com necessidade educacional específica. Cada estudante é único e aprende, portanto de maneira diferenciada e o PEI visa registrar esse caráter individual de cada estudante para que usando estratégias adequadas, ele possa aprender, assim como os outros estudantes no ensino regular. Embora a aprovação instantânea direta até o 3ºano serve também para eles.

Nesse aspecto, de acordo com Freire (1996, p.75) “é nesse sentido que se impõe a mim escutar o educando em suas dúvidas, em seus receios, em sua incompetência provisória. E ao escutá-lo, aprendo a falar com ele”.

Ainda nesse contexto, vemos a necessidade de agregar novos pensamentos reflexivos ao profissional da educação, no qual é fundamental para estimular as práticas pedagógicas que estão sendo exercidas no contexto da sala de aula e no atendimento educacional especializado (AEE). Com base nesta compreensão, não se trata apenas do domínio de atividades mecânicas por meio de técnicas/metodologias.

Nessa direção, Damasceno (2006, p.58) também afirma que:

[...] é possível se pensar uma práxis educativa resultante do permanente exercício intelectual crítico, a qual se contraponha à “indiferença frente ao objeto” e oportunize

isto sim, a constituição de uma dimensão humana e pedagógica para além do círculo de mercadoria, do reprodutivo, do privado, da mesmice e da modelagem educacional. Ao possibilitar a formação do professor nessa perspectiva, vislumbra-se a resistência à segregação na escola pública imposta aos alunos com deficiência. Este é, dentre outros, um desafio à implementação das políticas públicas educacionais para a inclusão escolar.

Nessa escola percebi muito empenho por parte dos profissionais da Educação Especial, por várias ações de humanidade, empatia e não posso deixar de mencionar o reencontro que tive em umas das escolas, com um estudante com Síndrome de Down.



Figura 8: Sala de Recurso Multifuncional da Escola Municipal Joaquim Edson de Camargo

Valorizar e estimular os estudantes, a cada momento do processo ensino aprendizagem, é imprescindível para o desenvolvimento do indivíduo, pois bons resultados de aprendizagem só serão possíveis à medida que o professor proporcionar um ambiente de trabalho que estimule o estudante ampliar suas ideias. De maneira que entenda que o estudo é mais que memorização de conceitos e sim portas de possibilidades, avanços e transformação.

3.3. EXPERIÊNCIA ESCOLAR: CARACTERIZANDO O TRABALHO DESENVOLVIDO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO (COLÉGIO ESTADUAL DR. ALBERT SABIN)

A nossa segunda visita infelizmente nos deparamos com uma escola dentro da realidade do ponto de vista da desestruturação da Secretaria de Educação. A Diretora Rosa (fictício) relatou:

Podemos até dizer que a escola é diferente em sua estrutura arquitetônica, com rampas, têm computadores em braille, piso tátil, materiais pedagógicos disponível, funcionava o processo de ir para escola regular e depois para o Atendimento educacional especializado embora siga apenas a recomendação do SEDUC, em seu atendimento apenas com laudo embora procuremos cumprir a Lei, matriculando todos educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Com toda crise a escola vem se mantendo como uma escola de referência, com 110 estudantes com necessidades especiais. O estudo precarizou bastante os professores da sala de recurso são readaptados, além de não ter orientadoras de profissionais, monitores terceirizados, estão sem salário já faz três meses. Cenário desanimador.

Desse modo, entendemos que existem dispositivos legais que estruturam tais direitos, todavia existe uma resistência do grupo hegemônico que pensa em perpetuar a desigualdade social com tais medidas incabíveis. Dessa forma, a diretora declara que:

Mas é preciso resistir embora o cenário persista com o rico com posse de suas fundações, botam seus filhos nelas e o pobre faz o uso do ensino precarizado. A inclusão sonhada só não pode dar certo se a central não der suporte. Ainda reforço que, a escola está à revelia da direção pois o remanejamento dos professores da sala de recursos (AEE) tem precarizado o ensinamento dos estudantes do público alvo da educação especial, desestruturando as escolas pois as salas de atendimento educacional especializado (AEE) fica sem profissional e sem funcionalidade. A inclusão dessa forma na perspectiva da política é um projeto fadado, proposto ao fracasso. Agora se o aluno estudasse na escola regular e também no AEE, com todos os recursos e acessórios como recomenda a lei nº10.098, Art.1º, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência e não se escolarizasse, somente dessa forma a inclusão seria desfavorável ou como algumas correntes relatam ser falaciosa, somente nessa medida na qual todas as condições de compor a função operacional que o aluno seja incluído e não escolarizasse poderíamos dizer que ela é falaciosa.

É preciso transformar a escola em um ambiente em que a pessoa com deficiência possa trazer toda sua vivência anterior e a partir dela, viver novas experiências que a façam crescer e tornar-se um indivíduo em condições de melhorar o seu mundo, pois “a aprendizagem para uma pessoa abre o caminho da vida, do mundo, das possibilidades até de ser feliz” (VISCA,1991, p.16).

Vale a pena lembrar que a inclusão para esses sujeitos históricos não apenas proporciona só escolarização, mas uma participação social e cidadã mais efetiva, pois sem barreiras o indivíduo possui condições de acesso igualitário, deixa de ser diferente no âmbito de interagir,

relacionar-se com o meio e participar de todas as possibilidades que a vida social proporciona e, em conseqüente, aumenta a autoestima e consegue potencializar sua capacidade de aprendizagem.

“Por mais que consideremos esse momento social, cultural e político como favorável ao acolhimento das diferenças, não podemos ignorar que não estamos imunes à reprodução de concepções e práticas balizadas na segregação, tão presentes na história das pessoas com deficiência.”

Allan Damasceno

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não posso iniciar meu relato discente sem falar da alternância, pois ela foi o divisor de águas para mim, até mesmo por estar nesse grupo temático. Foi a alternância que me possibilitou realizar esse trabalho. Resumindo, a alternância é aquela que nasceu focada na necessidade de o agricultor ter seus filhos no campo, ela é tudo que podemos aprender como educação completa, ou seja, aquela que inclui trazendo teoria e prática

O trabalho integrado da Educação do Campo como elemento formativo inclusivo revelou o arcabouço legal que rege instrumentos necessários para essa luta que está posta.

A perspectiva de inclusão exige, por um lado, modificações profundas nos sistemas de ensino; que estas modificações [...] demandam ousadia, por um lado e prudência por outro; - que uma política efetiva de educação inclusiva deve ser gradativa, contínua, sistemática e planejada, na perspectiva de oferecer às crianças deficientes educação de qualidade; e que a gradatividade e a prudência não podem servir para o adiamento ” para a inclusão [...] mas [...] devem servir de base para a superação de toda e qualquer dificuldade que se interponha à construção de uma escola única e democrática (BUENO, 2001, p.27).

Assim, em consonância com Educação para todos (1995, p. 10): “Como poderão, assim, as escolas ser ajudadas a organizar-se de forma que encorajem o desenvolvimento duma cultura como esta?”.

Nossa pesquisa apresentou algumas experiências que problematizam o processo de inclusão dos estudantes do público-alvo da Educação Especial. Nesse pensamento, usamos narrativas reveladoras das práticas. De acordo com as políticas públicas e suas diretrizes,

realizamos entrevistas analisando sua realidade no aspecto de acessibilidade arquitetônica e instrumental, caracterizando a escola atual dentro da proposta inclusiva.

E ao caracterizar a escola contemporânea dentro da realidade da educação inclusiva, encontramos diversos impedimentos que dificultam caminhos para as respectivas transformações no cotidiano escolar. Tiveram escolas pesquisadas que se encontravam sem os recursos didático-pedagógicos necessários para o atendimento das necessidades especiais dos estudantes.

Nesse sentido, Nonato, Mori, Cerezuela (2021, p. 35) destacam:

As dimensões da acessibilidade revelam o compromisso requerido pela mudança social e educacional. A acessibilidade não diz respeito exclusivamente às paredes estruturais, mas também e, de forma fundamental, aos aspectos mais subjetivos do caráter humano. Quebrar concretos, por este olhar, torna-se tarefa fácil diante da barreira programática e atitudinal.

Dessa maneira, as possibilidades de inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial serão fundamentados e cada vez mais estruturados em seus direitos e deveres que constituem o arcabouço legal das Políticas públicas. Levando em conta a importância de se refletir sobre a escola existente no contexto social dos dias de hoje, deixando desenvolver a essência que enfatiza a educação e a defesa dos direitos humanos com suas ideias e experiências pedagógicas.

Logo, se faz urgentes intervenções com finalidade de formar a sociedade para sensibilidade, de forma que possam nascer novos olhares para inclusão do público em estudo, entendendo que cada pessoa com necessidades específicas possui potencialidades.

Essa pesquisa tem objetivo de contribuir para reflexão sobre a educação que contraria todo tipo de comportamento discriminatória no espaço escolar, acrescentando os indivíduos que foram excluídos por tanto tempo do convívio das escolas comum, e carregam sobre si rastros do dolorido preconceito.

Para que realmente ocorra a inclusão não basta que estudantes com necessidades especiais sejam matriculados nas escolas regulares, é necessário que a escola, em suas relações de tempo, espaço, consiga manter a permanência desse estudante.

Essa pesquisa me ensinou bastante e a necessidade da inclusão clama no meio da família do meu esposo. Posso afirmar que essa vivência construiu bastante para minha formação

acadêmica em várias áreas. Caminhando para o final dessa pesquisa, podemos afirmar que a jornada para inclusão ainda é longa, mas percebo que houve progressos, se levarmos em conta o tempo da segregação imposta historicamente na Educação Especial. Inquestionavelmente, ainda existem diversos impedimentos e desafios, entretanto, sem romantizar, entendo como possibilidade uma escola mais democrática e uma sociedade mais humanitária.

Nesse sentido, Mantoan (1997, p.68) declara que “Cabe à escola encontrar “respostas educativas para as necessidades de seus alunos” e, complementando, exigir dela a necessária transformação capaz de oportunizar a todos e todas as condições/oportunidades efetivas de aprendizagem”.

Dessa maneira, entendemos que existe uma proposta de mudança. Neste aspecto, se apresentam à luz das experiências de inclusão em formação com base no elemento formativo inclusivo que, a escola precisa se encontrar disposta ao enfrentamento dos desafios de conservar o reflexo do passado, perpetuando assim a segregação. Precisamos nos desconstruir para iniciar um novo caminho de possibilidades.

5. REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- _____. **Palavras e Sinais: Modelos Críticos 2**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- AUGUSTO, Pedro. **Educação espartana. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de inclusão**. Nº13. 146, de 6 de julho de 2015.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- _____. **Resolução no. 1, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: CNE/CP, 2002.
- _____. **Plano Nacional de Educação**. Lei no. 10.172, de 09 de janeiro. Brasília, 2001.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no. 9394, de 20 de dezembro. Brasília, 1996.
- _____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- _____. **Lei que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus**. Lei no. 5692, de 11 de agosto. Brasília, 1971.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- _____. **Resolução no. 1, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: CNE/CP, 2002.
- _____. **Plano Nacional de Educação**. Lei no. 10.172, de 09 de janeiro. Brasília, 2001.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no. 9394, de 20 de dezembro. Brasília, 1996.
- _____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de**

Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus**. Lei n.º5692, de 11 de agosto. Brasília, 1971.

JANNUZZI. G. S.de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XX**. 12.ed. Campinas Autores Associados, 2006.

MAZZOTTA, M. J. Da S. **Educação Especial no Brasil – História e políticas públicas**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração de Salamanca: sobre Princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**, 1994.